

Governo quer antecipar receitas para pagar auxílios

Tesouro pede a estatais que adiantem dividendos que seriam pagos em 2023

Nathalia Garcia e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo solicitou às principais estatais federais —Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa— que antecipem parte dos dividendos que seriam pagos apenas em 2023, retirando receitas que seriam recebidas pelo próximo mandato.

O pedido faz parte de uma tentativa de neutralizar neste ano os efeitos da emenda constitucional que liberou R\$ 41,25 bilhões às vésperas da eleição e das renúncias fiscais decorrentes da desoneração de combustíveis.

A requisição foi feita após reações negativas do mercado financeiro sobre o tratamento com as contas públicas no episódio. O governo entende ser ideal buscar atenuar o impacto da emenda buscando novas receitas, embora não seja obrigado a compensar os gastos nesse caso.

A emenda promulgada já havia dispensado os recursos de atender às principais regras sobre as contas públicas —como a meta fiscal (resultado de receitas menos despesas a ser perseguido pelo governo), o teto de gastos (que impede o crescimento real das despesas federais) e a necessidade de compensações orçamentárias. Alei que autori-

zou subsídios para combustíveis também dispensa o cumprimento de diferentes artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar das dispensas, o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, diz que o governo prefere que os efeitos extraordinários das medidas nas contas públicas em 2022 sejam cobertos também com receitas extraordinárias.

“Foram criadas obrigações excepcionais, que pagamos também com receitas excepcionais”, complementou. “A parte de despesas já foi arcada com uma receita que não estava entrando, mas a gente gostaria que a parte do índice de receitas também fosse arcada com receita extraordinária.”

“Para essas despesas que foram criadas de forma emergencial com a PEC e com a perda de arrecadação da lei complementar 194, que somam R\$ 58 bilhões, a gente está buscando ter receitas extraordinárias na mesma magnitude.”

O governo questionou em ofício se as quatro principais estatais têm condições de aumentar o repasse aos acionistas, se aproximando de 60% do lucro no caso do BNDES, por exemplo, e mudar a periodicidade do pagamento de semestral para trimestral.

Quando lhe foi perguntado sobre a retirada de recursos de 2023, Colnago respondeu apenas que a decisão ainda não está tomada.

O secretário ponderou que a Petrobras já efetua pagamentos trimestrais, mas que o ofício não foi personalizado para cada empresa. Segundo o secretário, o BB respondeu dizendo que não seria possível atender ao pedido.

Das quatro, Caixa e BNDES são as únicas que pagam dividendos semestrais —com isso, os pagamentos referentes ao resultado da segunda metade de 2022 são previstos apenas para o início de 2023. Se passarem a depositar os recursos para o Tesouro trimestralmente, como propôs o governo, o resultado do terceiro trimestre já poderia entrar

nas contas deste ano.

Até o momento, o governo já tem garantido o pagamento por parte do BNDES de R\$ 18,9 bilhões, referente aos lucros obtidos em 2020 e 2021.

Enquanto o custo total estimado da PEC promulgada pelo Congresso que liberou os benefícios sociais é de R\$ 41,25 bilhões, o gasto extraordinário gerado por outra medida, a redução dos impostos federais sobre combustíveis, será de R\$ 16,51 bilhões.

Juliana Damasceno, economista-sênior da Tendências Consultoria, diz que a antecipação gera um efeito contábil e que o movimento chama a atenção pela busca de receitas enquanto se ampliam as renúncias tributárias. “Curioso, para não dizer contraditório, renúncia de um lado [quanto] incentiva recolher dividendo antecipado de outro.”

OBNDES informou que o pedido está sob análise. A Petrobras disse que já respondeu ao ofício e que as sugestões do governo já estavam em sua política de remuneração a acionistas. O BB afirmou que já paga aos acionistas 40% do lucro líquido, mais que os 25% exigidos por lei —embora diga que a política prevê a revisão periódica dos parâmetros. A Caixa não se pronunciou até a publicação deste texto.

Além da busca por receitas,

o governo tem destacado diversos indicadores para argumentar que as contas públicas estão saudáveis neste ano, em grande parte pela melhoria substancial da arrecadação. Mesmo com todo o corte de impostos feito neste ano, por exemplo, a projeção feita ao fim do terceiro trimestre para as receitas federais em 2022 subiu R\$ 59 bilhões.

Ainda que não tenha as receitas extraordinárias com a antecipação de dividendos, o Ministério da Economia já estima que o governo central possa encerrar 2022 com superávit fiscal —o primeiro em oito anos— ou com déficit próximo de zero (embora outro fator, a PEC dos Precatórios, tenha ajudado a postergar boa parte das despesas que deveria ser computada neste ano).

“A gente está caminhando para chegar ao final do ano com déficit muito baixo, próximo de zero, ou com superávit. Seria o primeiro superávit fiscal após oito anos”, disse Colnago em entrevista coletiva para detalhar o relatório de avaliação de despesas e receitas referente ao terceiro bimestre de 2022.

“A expectativa que está se consolidando é que neste final de ano a gente tenha superávit ainda que pequeno do governo central”, complementou. O governo central reúne as contas de Tesouro, da Previdência e Banco Central. Na sexta (22), o Ministério da Economia anunciou que a projeção para o déficit primário (que não considera os gastos com juros) do governo central em 2022 diminuiu R\$ 6,1 bilhões do relatório anterior para o atual —de R\$ 65,5 bilhões para R\$ 59,35 bilhões.



Curioso, para não dizer contraditório, renúncia de um lado [quanto] incentiva recolher dividendo antecipado de outro

Juliana Damasceno e economista-sênior da Tendências Consultoria

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13